

**ABORDAGEM SOCIOECONÔMICA DOS PESCADORES FILIADOS À
COLÔNIA Z₁₁: MUNICÍPIO DE POCONÉ, PANTANAL DE MATO GROSSO,
BRASIL¹**

Nely Tocantins²
Onélia Carmem Rossetto³
Flavyane Rosa Borges⁴

Resumo

No pantanal mato-grossense a pesca artesanal tem acontecido por consecutivas gerações e, de maneira geral, sempre contribuiu para a subsistência das famílias ribeirinhas. Os pescadores profissionais artesanais comercializam, por vezes, em mercados restritos ou sujeitam-se aos preços de atravessadores, como correlato, convivem sem o acesso à melhores condições de saúde, moradia e educação. Diante do exposto a presente investigação teve por objetivo a descrição e análise dos aspectos econômicos dos pescadores artesanais no município de Poconé (16^o15'25" S e 56^o37'22" W) localizado na micro-região Alto Pantanal, meso-região sul do estado de Mato Grosso, na região Centro-Oeste do Brasil. Após revisão de literatura pertinente, efetivou-se a coleta de dados em campo, por meio das técnicas de entrevistas não-estruturadas e semi-estruturadas. A unidade amostral foi a Colônia de Pescadores Z₁₁ no município de Poconé. Os discursos foram transcritos e analisados na perspectiva da pesquisa qualitativa. Concluindo-se que apesar de estarem organizados em colônias, os índices de acesso às políticas públicas de melhoria de qualidade de vida ainda são precários, uma vez que participam de mercados econômicos incompletos e do circuito inferior da economia.

Palavras-chave: Pantanal, pesca artesanal, sócio-economia, colônia Z₁₁, Poconé.

1 Trabalho desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/UFMT financiado pelo Centro de Pesquisas do Pantanal – CPP/MCT.

2 Docente da Graduação e da Pós-Graduação em Geografia- UFMT; Pesquisadora do GECA/PPP. Universidade Federal de Mato Grosso. Departamento de Geografia/ICHS. Av. Fernando Correia s/n. Coxipó. Cuiabá/MT. CEP 78.000 000 Correo electrónico: nelytocantins@gmail.com

3 Docente da Graduação e da Pós-Graduação em Geografia- UFMT; Pesquisadora do GECA/INAU/PPP. Universidade Federal de Mato Grosso. Departamento de Geografia/ICHS. Av. Fernando Correia s/n. Coxipó. Cuiabá/MT. CEP 78.000 000 . Correo electrónico: carmemrossetto@gmail.com

4 Acadêmico do Curso de Bacharelado em Geografia - UFMT; Bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC – CNPq; Pesquisador do GECA/INAU/PPP. Universidade Federal de Mato Grosso - ICHS. Departamento de Geografia. Av. Fernando Correia da Costa s/n. Coxipó. Cuiabá/MT. CEP 78.000-000. Correo electrónico:flavynharosa@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O Município de Poconé integra o Pantanal matogrossense, caracterizado como uma extensa área alagável com 138.183 Km², em território brasileiro, que compreende os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, na Bacia do Alto Paraguai (BAP) um dos maiores conjuntos de áreas úmidas mundiais.

Para uma abordagem mais integrada dos sistemas de áreas úmidas, foi proposto por Junk *et al.*, em 1989, o conceito “de pulso de inundação”, baseado na capacidade de interpretação de informações isoladas de forma abrangente e integral (JUNK e SILVA, 1996).

As áreas úmidas são dependentes do processo anual de enchente e seca “*processo ecológico essencial, ou seja, aquele processo que comanda a riqueza, a distribuição e a abundância de vida no Pantanal*” (JUNK e SILVA, 1996; RESENDE, 2004).

O município localiza-se a 16°15'24" de latitude sul e 56°37'22" longitude oeste, 142 metros de altitude, com uma área de 17.260,861 km². Pertence à micro-região do Alto Pantanal e meso região Centro-sul matogrossense, com uma população estimada em 32.162 habitantes (IBGE, 2008).

Segundo classificação da Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN, 2007), o Município de Poconé pertence à Zona Sócio-Econômica 12, juntamente com os Municípios de Cáceres, Barão de Melgaço, Poconé e Santo Antonio de Leverger, caracterizando-se pela alta taxa de ocupação e amplo predomínio da pecuária.

Neste Município outras atividades econômicas são desenvolvidas além da pecuária, como a pesca profissional-artesanal, amadora e de subsistência, o turismo de pesca associado à pesca amadora e formas de turismo relacionados com a natureza.

A pesca artesanal é desenvolvida por atores sociais de menor poder aquisitivo, entretanto, serve como fonte de renda para inúmeras famílias associadas à Colônia Z₁₁ de Pescadores do Município de Poconé – Mato Grosso. A referida parcela da população apresenta características socioeconômicas peculiares, assim a presente investigação teve por objetivo descrever e analisar tais aspectos enfatizando sua organização social – as colônias - e sua base econômica.

A trajetória metodológica da presente pesquisa esteve centrada nos pressupostos da pesquisa social por meio de entrevistas semi-estruturadas. Após revisão da literatura pertinente efetivou-se a coleta de dados em campo onde a unidade amostral foram os pescadores filiados à colônia Z₁₁.

Assim, o presente texto apresenta elementos para uma discussão preliminar sobre fatores significativos, que vem afetando a sobrevivência dos pescadores artesanais.

Resultados preliminares e discussão

Embora na Planície do Pantanal ocorra mais de 260 espécies de peixes (Britiski *et al.*, 1999), a preferência dos pescadores, concentra-se sobre cinco espécies, a saber: Pacu (*Piaractus mesopotamicus*); Pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*); Piavuçu (*Leporinus acrocephalus*); Dourado (*Salminus maxillosus*); Cachara (*Pseudoplatystoma fasciatum*) alcançam os melhores preços de venda para os pescadores profissionais artesanais.

Nas regiões tropicais, os recursos aquáticos de água doce são fontes importantes de proteína, porém a pesca ainda é muito mal manejada. Segundo Gulland (1989), a pesca é um clássico exemplo da “tragédia dos comuns” (Hardin, 1968), onde o estoque pesqueiro, usualmente, é propriedade comum e de livre acesso, tornando o manejo pesqueiro uma tarefa difícil, que engloba uma série de questões, das quais, o peixe é apenas uma peça da engrenagem de um sistema bastante complexo.

Trata-se de um assunto em que os fundamentos biológicos somente não dão conta de resolver o assunto isoladamente do seu contexto político e socioeconômico (Gayanilo e Pauly, 1997).

Segundo Catella (2011) a atividade pesqueira no Pantanal é realizada em três modalidades: profissional-artesanal, amadora e de subsistência. A pesca profissional caracteriza-se por ser artesanal e o principal produto da atividade é o pescado, destinado ao consumo humano; a pesca amadora atrai turistas e está atrelada ao lazer e a pesca de subsistência que cumpre importante papel social, garantindo alimentos para as populações ribeirinhas.

Formas de organização dos pescadores – breve histórico

A principal forma de organização social dos pescadores são as chamadas Colônias. Segundo a historiografia, as colônias de pesca, posteriormente colônia de pescadores, constituem a forma de associativismo predominante na pesca artesanal. Estas tiveram origem em uma missão da Marinha de Guerra do Brasil, realizada na década de 1920 (Resende, 2010).

Segundo Santos (2005), dois grandes fatores contribuíram para essa atitude do Estado: a) o país inicia o século XX importando peixes, apesar de possuir um vasto litoral e uma diversidade de águas interiores; b) após a primeira guerra mundial, aumentou o interesse do Estado em defender a costa brasileira. O discurso instituído para fundar as colônias baseou-se na defesa nacional.

Nessa época, o comandante Frederico Villar e outros militares, percorreram toda a costa, no cruzador “José Bonifácio”, inclusive os trechos navegáveis dos principais rios, orientando e organizando os pescadores em associações, surgindo assim as “zonas de pesca”. Assim, os pescadores passaram a ter a sua primeira organização de ordem social, sob o controle e dominação política de órgãos governamentais (IBAMA, WWF, 2004; Santos, 2005).

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os pescadores artesanais conquistaram avanços quanto aos direitos sociais e políticos, quando as colônias de pescadores, foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais.

Atualmente consolida-se como associação ou sindicato dos pescadores e desempenha como funções a legitimação dos pescadores via Registro Geral da Pesca (RGP) por meio do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), que possibilita aos pescadores profissionais o direito ao seguro desemprego no valor equivalente a um salário mínimo no período da piracema, palavra de origem tupi, que significa “saída dos peixes para a desova” e que corresponde a 04 meses onde a pesca torna-se proibida por lei.

O defeso da Piracema é determinado pela Lei n° 7.679, de 23 de novembro de 1988, e estabelecido anualmente pelo IBAMA, com a colaboração de órgãos, instituições e associações envolvidas com a pesca em cada bacia hidrográfica, que no caso do município em estudo, pertence à Bacia Hidrográfica do rio Paraguai, em geral do início de novembro a fins de fevereiro do ano seguinte.

Durante a piracema em Mato Grosso é permitida apenas a pesca de subsistência, desembarcada e praticada de maneira artesanal por populações ribeirinhas que precisam garantir a alimentação familiar. Mesmo assim, os ribeirinhos devem respeitar a cota diária de 3 kg por pescador ou um exemplar de qualquer peso, desde que esteja no tamanho mínimo de captura.

Os pescadores que pescam nesse período fora das regras permitidas, são considerados infratores, incorrendo nas penalidades previstas na legislação, que podem ir de multa até a detenção (Lei Estadual nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009, Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e legislações pertinentes).

Aspectos socioeconômicos da Colônia de pescadores de Poconé

A Colônia Z₁₁ de Poconé foi fundada em 1996, com a participação de 30 pescadores, sendo que atualmente possui 300 filiados. Desses, 25% são mulheres pescadoras. A grande maioria dos filiados é nascida em Porto da Manga, Cuiabá Velho, Piraim (afluente do Rio Cuiabá), Porto Limoeiro, Jatobá (Rio acima), Porto Borba, Botucatú, São Pedro.

A Colônia tem por função, dar suporte aos pescadores, organizando questões de documentação para o período da piracema. Está organizada para eleição em assembleia geral, utilizando urnas, duas chapas, com presidente, secretário e tesoureiro, e conselho fiscal.

A arrecadação dos filiados é de R\$ 15,00 mensais, sendo que 50% dos aposentados não pagam as mensalidades. O presidente da colônia não pode pescar e recebe 12% da arrecadação, valor que segundo o entrevistado, não é compensador. São encaminhados 10% da arrecadação para a Federação de Pescadores. Tanto o Secretário como o tesoureiro recebem 9% da arrecadação, não havendo nada no estatuto que proíba que pesquem.

Uma vez que o nível de escolaridade dos pescadores é bastante baixo, muitos deles com 1 a 3 anos de estudo ou muitas vezes analfabeto como grande massa de trabalhadores, mão-de-obra não especializada sofrem com a falta de oportunidades em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Como correlato, pessoas jovens, inclusive crianças e adultos em idade produtiva dedicam-se a pesca artesanal comercial,

exatamente por falta de oportunidades. Dos entrevistados, verificou-se que predominou a faixa etária de 40 a 60 anos.

Os pescadores apontam o transporte do pescado como um dos maiores problemas que vem de Porto Cercado, distante 40 km do centro urbano, onde ocorre a comercialização do pescado, na própria Colônia.

O pescador tira o peixe do rio – coloca no jacá - de madrugada tira do jacá-eviscera o peixe, põem na canoa de madeira (gastando até 5 horas de remo) até Porto Cercado cerca de 40 km da sede municipal.

De Poconé sai caminhão (fretado) para levar gelo em caixas térmicas até Porto Cercado, para de lá transportarem os peixes até a colônia em Poconé, onde o peixe é colocado nas varandas ou na beira da rua, onde são comercializados por grupos diversificados.

Preços praticados pela colônia Z₁₁

A venda ocorre aos sábados à partir das 10:30 horas, tempo necessário do acesso de porto Cercado até a colônia de pescadores, e também aos domingos se necessário, enquanto houver pescado para comercialização.

Segundo os entrevistados, os preços são definidos pelos pescadores pela qualidade do peixe, o cálculo é realizado pelo tamanho do pescado, não existindo uma tabela. Portanto quando existe abundância de determinada espécie, seu preço cai.

O único peixe que é vendido por quilo é o pintado, comercializado a R\$ 10,00 o kg. Outros peixes como o pacu é comercializado a R\$ 15,00 ou R\$ 20,00 a peça, o pacu-peva e a piranha são vendidos por “cambada” (10 peixes amarrados numa só corda), pelo valor de R\$ 15,00.

Esses preços são praticados no sábado, ocorrendo que no domingo os preços baixam para encerrar os estoques, pois ficam armazenados em caixas de isopor com gelo comprado na colônia. Este comércio ocorre a céu aberto em pleno sol, próxima à calçada. Auferindo uma renda média mensal informada pelos pescadores de R\$ 465, 00.

No caso da pesca do peixe Pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*) o pescador não pode vendê-lo em mercado livre, fazendo com que o trabalhador ribeirinho venda o filé para o atravessador a preços mais baixo que normal, onde o atravessador ganha em detrimento do ribeirinho.

A falta de recursos e apoio do poder público aos pescadores, os incentiva de forma negativa a prática da pesca predatória.

Um outro agravante é que a pesca ilegal, e pode tornar prejudicial a reprodução do peixe, correndo riscos futuros de um possível baixa dos estoques de determinadas espécies mais visadas para esse comercio.

Nessas condições o pescador artesanal que não tem acesso a essas formas mais práticas de venda, fica restrito as feiras ou a sua própria colônia, tornando assim, sua renda mais abaixo que o ideal.

A preferência dos consumidores pela aquisição do pescado em supermercados e lojas de piscicultura é facilitada pelas condições de pagamento, apoiadas pelas inspeções da vigilância sanitária que assegura as condições de higiene

A competição da venda do peixe e o lucro do atravessador em detrimento do pescador é considerado pelos mais jovens, como um aspecto negativo, em entrevista observou-se que além dos jovens preferirem trabalhar em outros mercados, os pais na maioria das vezes também “procura algo melhor” para seus filhos.

Com isso a tendência do profissional pescador, é sua redução gradativa, sendo possível fazer uma relação de grau de instrução/com ser pescador, numa relação inversamente proporcional. O filho do pescador que tem a possibilidade de estudar se sente mais atraído por outras áreas do que pela pesca, alguns deles chegando a negá-la totalmente.

Apesar da ocupação do Pantanal ter sido iniciada pelos Ribeirinhos, tal grupo de atores sociais é marginalizado em detrimento do desenvolvimento da região. O turismo da pesca, atividade de grande importância, gera desemprego para muitos trabalhadores, diminuição do estoque pesqueiro, desvalorização da comunidade local e acúmulo de lixo.

Quando entrevistados grande parte alega não acessar a nenhum dos Programas de Governo como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ou Financiamento pelo Banco do Brasil, as razões alegadas foram a burocracia ou a ausência da cidade, motivado pela pesca, no período oferecido.

Da mesma forma que os cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAR não puderam ser aproveitados, pois havia choque das datas, entende-se que mesmo que

existam alguns programas em benefício do pescador, ainda são mal administrados, pois não facilitam o acesso do pescador aos mesmos.

Em relação alterações ambientais, podemos verificar quase um padrão nas respostas. Eles entendem que a usina Hidrelétrica de Manso foi feita em época equivocada, com isso houve queda de peixes na bacia do rio Cuiabá.

A pesca no período da piracema, mesmo sensibilizados de que o peixe necessita de um período para sua reprodução, ainda ocorre em escala razoável, por mais que seja ilegal e predatória.

Quanto ao saudosismo do tempo que havia fartura de peixe e as alterações ambientais, foram mencionadas. Argumentando que precisam continuar na atividade por questões de sobrevivência. Dificuldades de armazenamento do peixe, de estrutura física e locomoção também são vivenciadas pelos ribeirinhos.

Com os estudos é possível analisar, que os pescadores, necessitam de alguma forma, elevar sua renda, seja com atividades de pesca, mais compensatórios ou com acréscimos extras, seja no período de pesca legal ou na piracema, esse último período mais ainda. Uma das soluções que podem ser incorporadas as atividades dos pescadores, é a agricultura familiar e regiões propícias, ao plantio de culturas como mandioca, batata ou o milho por exemplo. A criação do gado leiteiro é uma alternativa que também pode ajudar na renda dos pescadores. No entanto, a única certeza que se tem, é a necessidade de criação de políticas públicas que ampare essa pequena parcela da população do Pantanal mato-grossense que espera resultados para uma vida melhor.

Considerações

A pesca é o meio de sobrevivência da grande parte de ribeirinhos do município de Poconé, que apesar das dificuldades apontadas, continuam na atividade por ser a única atividade que sabem fazer para sobreviver.

Outra questão relevante refere-se às formas de comercialização, onde as relações estabelecidas entre os pescadores para a realização dessa atividade reduzem a rentabilidade da mesma..

O contexto histórico de criação das colônias aqui se reproduz o que enfraquece a presença e atuação do sindicato neste contexto. A fraca presença de políticas de financiamento que no fundo amedrontam os pescadores, que tem medo de não poder

cumprir com os compromissos financeiros, devido também a sua pouca ou nenhuma escolaridade e as poucas oportunidades de complementação de renda acessória.

Referências

- BRITISKI, H.; KEVE, Z.S.; BALZAC, S.L. **Peixes do pantanal: manual para identificação**. Brasília: Embrapa-SPI, Corumbá-CPAP, 1999.
- CATELLA, Agostinho. **Certificação do Pescado no Pantanal**: Uma alternativa Promisora. Disponível em <http://www.riosvivos.org.br> . Acesso em 11/03/2011.
- GAYANILO, F.C. Jr. and D. Pauly. 1997. FAO-ICLARM Fish Stock Assessment (FiSAT) **Reference Manual**. FAO Computerized Information Series (Fisheries) 8. Vol. 2. FAO of the United Nations, Rome, Italy. 265p
- GULLAND, J.A. Fish populations and their management. **J. Fish Biol.**, 1989, 35:1-9.
- JUNK, W.F.; DA SILVA, C.J. O conceito de pulso de inundação e suas implicações para o Pantanal de Mato Grosso. *In: II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócioeconômicos do Pantanal*. Corumbá:EMBRAPA, 1996, p. 17-28.
- JUNK, W.F.;DA SILVA, C.J.; WANTZEN, K. M.; NUNES DA CUNHA. C.; NOGUEIRA, F. The Pantanal of Mato Grosso: status of ecological research, actual use, and management for sustainable development., *In Aquatic Conservation: Marine and fresh water Ecosystem*, 2006, vol. 16, issue 7, p.713-732..
- RESENDE, E.K. **Estratégias para definição de períodos de defeso no Pantanal**. 2p.EMBRAPA: Corumbá, Artigo de Divulgação Mídia , 24/05, 2004.
- RESENDE, A. T. Pesca artesanal e suas representatividades: FEPERJ e Colônias de pescadores na Baía de Guanabara. *In: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças - Espaço de Socialização de Coletivos*, Porto Alegre, 2010.
- SANTOS, Marcos Antônio Souza . A cadeia produtiva da pesca artesanal no estado do Pará: estudo de caso no Nordeste paraense. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v.1, n.1, jul. /dez. 2005.P. 61 A 81.